



RELATÓRIO **ANUAL** **2021**

 **SICOOB**
Tocantins



SICCOO

Tocantins



OS RESULTADOS QUE A NOSSA COOPERAÇÃO GEROU EM 2021



SUMÁRIO

5

Expediente

21

Notas
Explicativas

6

Propósito, missão, visão e valores

50

Relatório da
Auditoria Independente

9

Mensagem do Conselho
de Administração

54

Parecer do
Conselho Fiscal

10

Demonstrações
Contábeis

56

Ações do
ano 2021



EXPEDIENTE

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO TOCANTINS LTDA

Fundação: 12/03/1991

Início de Atividade: 19/11/1991

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Gilberto Alves Moraes

Vice-Presidente: Francisco de Assis Filho

Conselheiros:

Manoel Bartolomeu da Silva Bandeira

Deusdeni Peres de Assis

Divônio Cordeiro Sinfronio

Guilherme Bevilacqua Maciel Milhomem

Helio Alves Rebelo

Juliana Aparecida Soares Martins

Rafael Araújo Daglard Juca

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:

Cleidevanda Feleciana da Costa Silva

Aliandra Souto Santos

João Paulo Moreira Malheiros

Suplentes:

Darci Dario Drews

Artur Borges Seixas

Clerson Dalvani Reis

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Administrativo Financeiro:

Julio Cesar Galvão

Diretor Operacional:

Silvan Celestino dos Santos





PROPÓSITO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

O principal objetivo do Sicoob é unir pessoas que queiram compartilhar sonhos e prosperidade, levando inclusão social e financeira às comunidades onde está presente. Aqui, apresentamos as diretrizes que guiam nossa atuação.



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

VALORES



- Respeito e Valorização das Pessoas;
- Cooperativismo e Sustentabilidade;
- Ética e Integridade;
- Excelência e Eficiência;
- Liderança Inspiradora;
- Inovação e Simplicidade.



1,2

bilhão



de pessoas
pelo mundo

3

milhões



de cooperativas
no mundo

2,1

trilhão



faturado pelas
300 maiores
cooperativas do
mundo

COOPERATIVISMO TODOS POR UM SÓ OBJETIVO.

TODOS POR UM SÓ OBJETIVO

O cooperativismo é um sistema de união voluntária de pessoas que, por meio das cooperativas, buscam soluções financeiras para alcançar interesses em comum.

Para que funcione corretamente, beneficiando de forma justa todos os cooperados e gerando o máximo de resultados para as comunidades, o modelo cooperativista segue alguns princípios fundamentais:

• **Adesão voluntária e livre**

• **Interesse pela comunidade**

• **Educação, formação e informação**

• **Intercooperação**

• **Autonomia e independência**

• **Participação econômica dos membros**

• **Gestão democrática**



NOSSAS AGÊNCIAS

Centro Administrativo Sicoob Tocantins

Rua Voluntários da Pátria, nº 955, Centro, Paraíso do Tocantins

Agência Sede - Paraíso do Tocantins

Av. Bernardo Sayão, nº 467, Centro, Paraíso do Tocantins, CEP: 77.600-000
(62) 3602-1444

Agência Araguaína

Av. Cônego João Lima, Vila Rosário, em frente a Praça do Galo
(63) 3414-3166

Agência Barrolândia

Av. Bernardo Sayão, Qd. 36, Lote 01, Centro, Barrolândia
(63) 3376-1134

Agência Cristalândia

Av. Dom Jaime, s/n, Centro, Cep: 77490-000
(63) 3354-1940

Agência Divinópolis

Av. Codespar 717, Centro, Cep: 77670-000
(63) 3531-1111

Agência Dois Irmãos

Av. Araguaia, S/N, Centro, Cep: 77685-000
(63) 3362-1495

Agência Fátima - TO

Rua Porto Alegre, nº 179, ao lado da prefeitura, CEP: 77.555-000
(63) 3362-1495

Agência Gurupi

Av. Pará, esquina com a Rua 3, Centro, CEP 77.403-010
(63) 3313-1339

Agência Luzimangues

TO-080, Quadra SQ-01, QI-A, Lote 09, Bairro Riviera do Lago, CEP: 77.502-000

Agência Marianópolis

Av. Codespar Qd 21 Lt 04 s/n, Centro, Cep: 77675-000
(63) 3535-1287

Agência Miranorte

Av. Bernardo Sayão, 690, Centro, Cep: 77660-000.
(63) 3355-1633

Agência Palmas

103 Norte, Av. JK, nº. 153 - Palmas - TO
(63) 3233-6219 / 3233-6212

Agência Pium

Praça da Matriz, Qd. 02, Lt. 03, s/n, Centro, Cep: 77570-000
(63) 3368-1184

Agência Porto Nacional

Rua Bartolomeu Bueno 2.062, Setor Central, Cep: 77500-000
(63) 3363-2778



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Depois de obtermos resultados que mais uma vez superaram as nossas melhores expectativas, finalizamos o ano de 2021 com o sentimento de dever cumprido. Trabalhamos com empenho e dedicação para que em 2022 possamos alcançar novos voos, crescer nos mais variados sentidos, expandir e deixar os impactos econômicos da pandemia no passado.

Mais de R\$ 7,5 milhões em sobras. Este foi o resultado do Sicoob Tocantins no ano de 2021, o que representa um crescimento de 56,61% em relação a 2020. Trabalhamos para minimizar o impacto econômico do coronavírus, ampliando a concessão de crédito, cujas operações também deram um salto em relação ao ano anterior, fechando 2021 com um aumento de 43,23%, totalizando mais de R\$ 181 milhões.

Somente na linha Fampe, foram 312 operações, totalizando mais de R\$ 7,6 milhões. Essa modalidade de financiamento, ofereceu crédito orientado para micro e pequenas empresas, possibilitando aos empreendedores que se capitalizassem, ampliassem e desenvolvessem suas atividades gerando emprego, renda e consequentemente aumentando a lucratividade do seu negócio. Também firmamos

uma série de parcerias com entidades de classe para a concessão de crédito a profissionais liberais, o que nos possibilitou ofertar recursos em três diferentes linhas, com taxas, prazo e condições especiais.

A poupança cooperada novamente apresentou excelentes resultados, com um incremento de 36,43%, ante o ano de 2020, ultrapassando R\$ 63,5 milhões. Os depósitos atingiram R\$ 213,9 milhões, um volume com uma variação 9,51% maior que no ano anterior.

Os nossos cooperados, que ao final de 2020 somavam 9.124, passaram a ser, no fim do ano passado, 10.781 pessoas que juntas buscam o seu crescimento e compartilham nossos valores. Os ativos, por sua vez, saíram de R\$ 275,6 milhões em 2020 para R\$ 290,5 milhões em 2021.

Em 2021 abrimos nossa 15ª agência, no distrito de Luzimangues – município de Porto Nacional. Nosso crescimento e fortalecimento nos permitiu expandir ainda mais e iniciamos 2022 com os

preparativos para a abertura de mais uma agência Sicoob Tocantins, na Lagoa da Confusão.

O Sicoob Tocantins é feito de pessoas que juntas lutam por um mundo mais cooperativo em que a responsabilidade social e a justiça financeira sejam pilares. Também estamos trabalhando para, muito em breve, levar os nossos valores, produtos e serviços para Colinas, Guaraí e Taquaralto, difundindo cada vez mais o cooperativismo de crédito no Tocantins.

Assim, seguimos nos adaptando e nos reinventando para que a superação seja uma característica inerente do Sicoob Tocantins e com isso, possamos manter não apenas os nossos bons resultados, mas, sobretudo, o suporte aos nossos cooperados diante das suas necessidades e na realização dos seus planos.

**“Crescimento
de 56,61% em
relação a 2020.”**

Gilberto Alves Moraes
Presidente





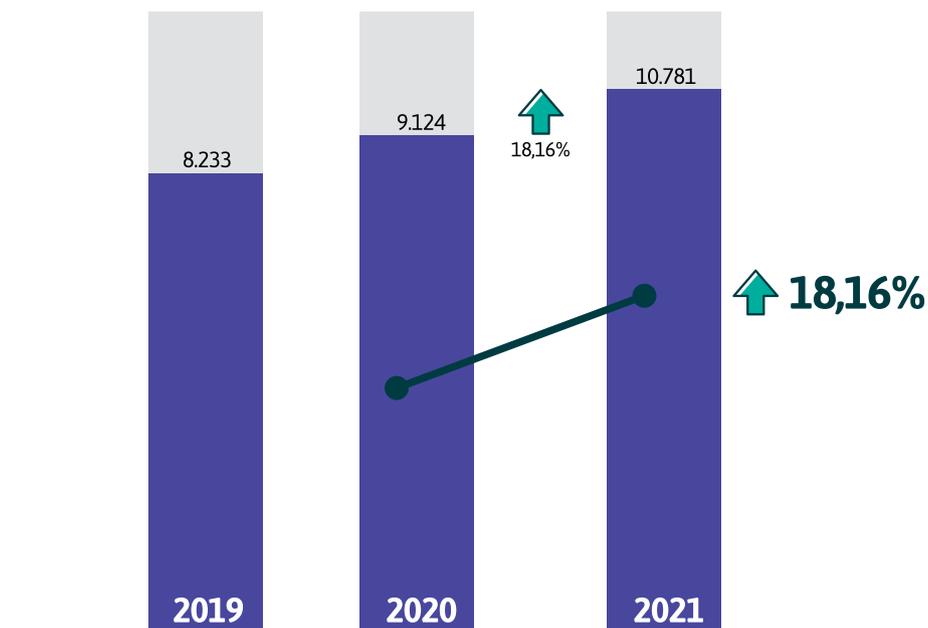
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



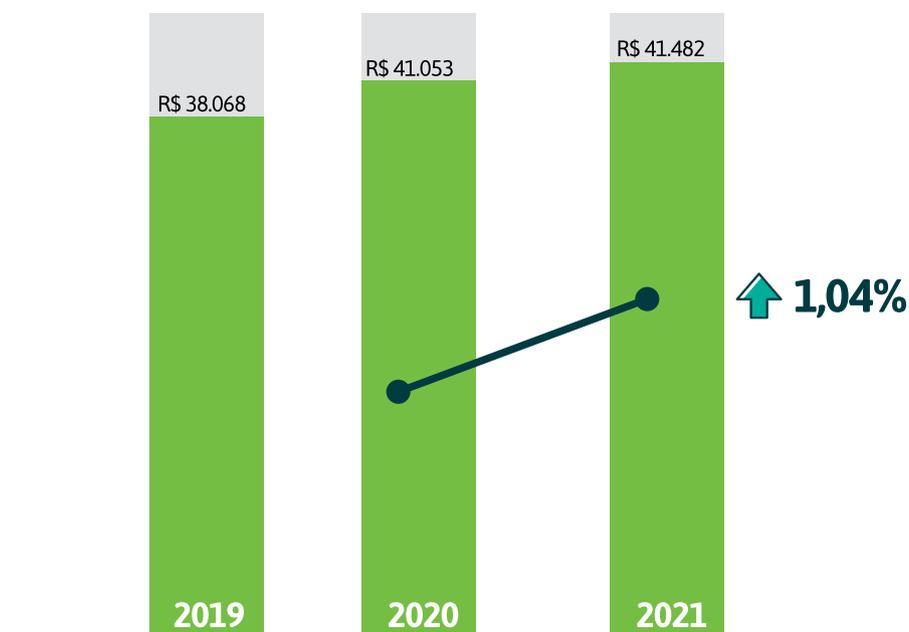


GRANDES NÚMEROS DO SICOOB TOCANTINS

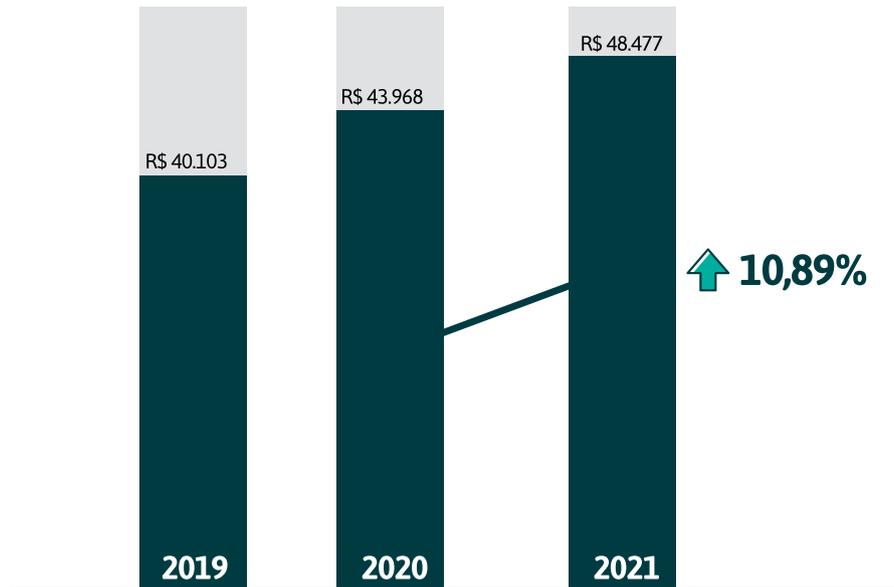
COOPERADOS



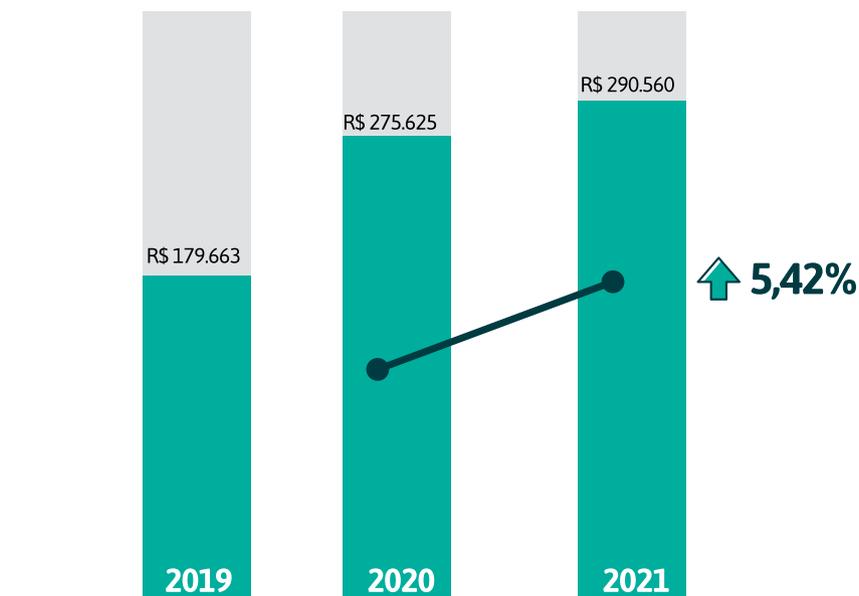
CAPITAL SOCIAL



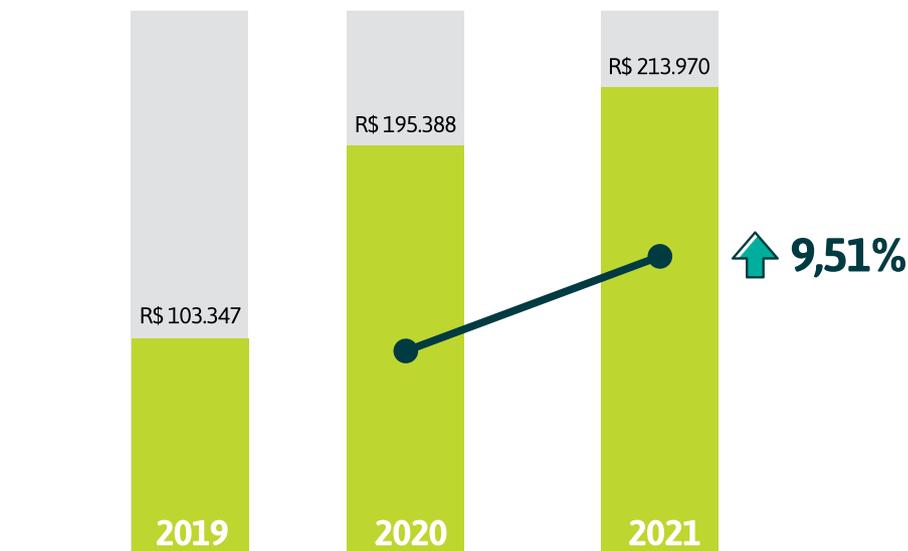
PATRIMÔNIO LÍQUIDO



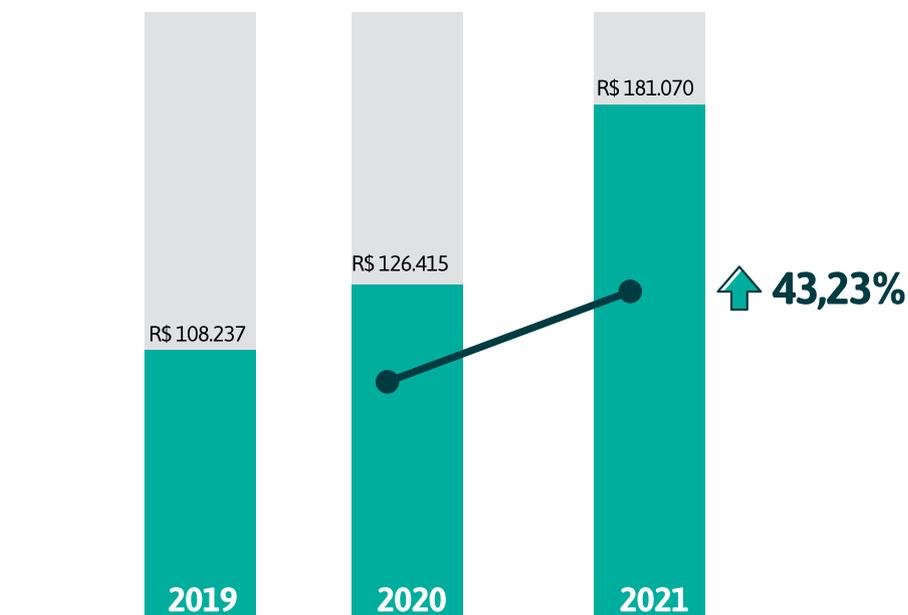
ATIVOS TOTAIS



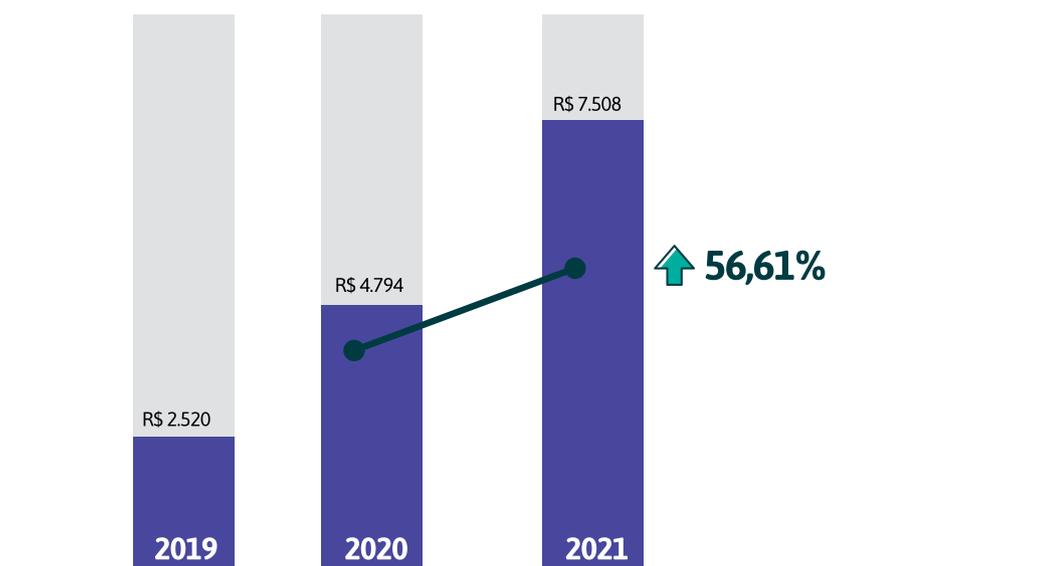
DEPÓSITOS



OPERAÇÃO DE CRÉDITO

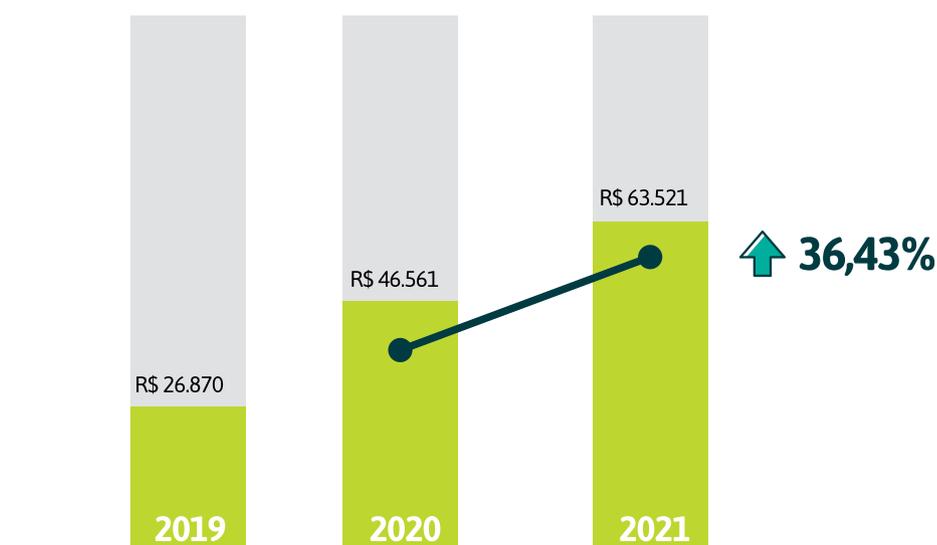


RESULTADOS (SOBRAS/PERDAS)



GRANDES NÚMEROS DO SICOOB TOCANTINS

POUPANÇA COOPERADA



BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		290.559.828,16	275.625.023,93
DISPONIBILIDADES	4	4.303.674,08	4.851.463,13
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		275.535.381,44	261.751.462,50
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	24.892.864,20	38.153.429,93
Relações Interfinanceiras	4	68.558.007,68	96.897.270,24
Centralização Financeira		68.558.007,68	96.897.270,24
Operações de Crédito	5	177.517.520,98	123.686.713,61
Outros Ativos Financeiros	6	4.566.988,58	3.014.048,72
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(15.051.030,36)	(14.589.329,94)
(-) Operações de Crédito	5.a	(14.227.418,67)	(14.304.798,21)
(-) Outras	6.1.a	(823.611,69)	(284.531,73)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	683.829,13	126.963,84
OUTROS ATIVOS	8	8.602.586,50	9.765.560,44
INVESTIMENTOS	9	10.020.447,52	8.246.591,83
IMOBILIZADO DE USO	10	10.010.805,28	8.314.929,25
INTANGÍVEL	11	2.243.329,97	1.889.182,18
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	10 e 11	(5.789.195,40)	(4.597.172,18)
(-) PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	10	-	(134.627,12)
TOTAL DO ATIVO		290.559.828,16	275.625.023,93
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		290.559.828,16	275.625.023,93
DEPÓSITOS	12	204.482.307,51	189.564.387,90
Depósitos à Vista		116.486.377,97	96.484.109,27
Depósitos à Prazo		87.995.929,54	93.080.278,63
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		31.490.668,54	33.342.258,68
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	9.304.717,55	5.491.601,19
Relações Interfinanceiras	14	19.373.827,81	24.911.623,77
Repasses Interfinanceiros	14.a	19.285.677,05	24.823.473,01
Outras Relações Interfinanceiras	15	88.150,76	88.150,76
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.b	2.629.454,34	2.842.941,05
Outros Passivos Financeiros	16	182.668,84	96.092,67
PROVISÕES	18	513.660,23	760.016,30
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	698.520,31	336.530,73
OUTROS PASSIVOS	20	4.897.474,47	7.653.782,25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	48.477.197,10	43.968.048,07
CAPITAL SOCIAL	21.a	41.482.449,04	41.053.254,07
RESERVAS DE CAPITAL	21.b	15.399,17	15.399,17
RESERVAS DE SOBRAS	21.c - d	6.111.775,13	2.437.817,18
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.f	867.573,76	461.577,65
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		290.559.828,16	275.625.023,93
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		19.337.736,30	32.397.918,85	26.491.557,69
Operações de Crédito	23	15.688.995,29	27.142.101,61	23.984.468,70
Ingressos de Depósitos Interooperativos	4	2.821.368,05	3.994.463,27	1.440.243,44
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	827.372,96	1.261.353,97	859.221,29
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	-	207.624,26
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	(7.773.640,50)	(11.093.751,35)	(9.174.640,96)
Operações de Captação no Mercado		(3.304.359,55)	(4.649.786,65)	(2.082.542,37)
Operações de Empréstimos e Repasses		(716.411,82)	(1.564.768,62)	(1.906.905,63)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(3.752.869,13)	(4.879.196,08)	(5.185.192,96)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.564.095,80	21.304.167,50	17.316.916,73
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(7.270.373,91)	(13.434.070,63)	(11.735.477,24)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	2.738.877,51	5.261.956,55	4.371.775,62
Rendas de Tarifas	26	1.155.298,20	2.262.050,31	1.619.017,85
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(5.793.027,97)	(10.705.829,98)	(8.768.753,94)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(5.868.457,79)	(11.409.064,57)	(10.297.813,72)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(269.636,96)	(546.526,78)	(457.955,23)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	1.283.921,89	2.670.930,69	2.441.069,25
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(517.348,79)	(967.586,85)	(642.817,07)
PROVISÕES	31	(18.940,90)	(1.707,80)	(131.806,47)
Provisões/Reversões para Contingências		8.914,10	37.000,94	24.900,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(27.855,00)	(38.708,74)	(156.706,47)
RESULTADO OPERACIONAL		4.274.780,99	7.868.389,07	5.449.633,02
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	(373.421,19)	(360.241,24)	78.061,78
Lucros em Transações com Valores e Bens		3.500,00	60.264,15	218.597,60
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(473.064,36)	(473.064,36)	(100.660,14)
Ganhos de Capital		9.807,06	50.858,98	57.515,56
Rendas de Aluguel		16.860,00	23.040,00	5.170,00
Reversão de Provisões Não Operacionais		83.599,64	83.599,64	215.971,36
Outras Rendas Não Operacionais		69.956,25	100.413,03	61.887,84
(-) Perdas de Capital		(6.010,83)	(6.010,83)	(32.464,72)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(78.068,95)	(199.341,85)	(347.955,72)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.901.359,80	7.508.147,83	5.527.694,80
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		360.583,26	-	(733.681,04)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		220.864,54	-	(449.550,65)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		139.718,72	-	(284.130,39)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		4.261.943,06	7.508.147,83	4.794.013,76
JUROS AO CAPITAL	22	(1.772.973,60)	(1.772.973,60)	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		2.488.969,46	5.735.174,23	4.794.013,76
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		4.261.943,06	7.508.147,83	4.794.013,76
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		4.261.943,06	7.508.147,83	4.794.013,76
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.901.359,80	7.508.147,83	5.527.694,80
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	(283.656,38)
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(278.693,62)	(278.693,62)	(135.177,53)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(402.684,56)	(340.157,51)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		3.752.869,13	4.879.196,08	5.185.192,96
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		27.855,00	38.708,74	156.706,47
Provisões/Reversões Não Operacionais		(5.530,69)	115.742,21	131.984,36
Provisões/Reversões para Contingências		(8.914,10)	(37.000,94)	(24.900,00)
Depreciações e Amortizações		622.596,88	1.184.855,79	1.028.465,74
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		8.011.542,40	13.008.271,53	11.246.152,91
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito		(39.355.747,01)	(57.800.810,83)	(20.305.481,33)
Outros Ativos Financeiros		(1.277.510,76)	(2.000.432,06)	(2.900.037,74)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(561.690,27)	(556.865,29)	5.006,18
Outros Ativos		596.949,87	1.047.231,73	3.608.661,62
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		(11.843.943,07)	20.002.268,70	49.040.765,01
Depósitos à Prazo		(73.382,71)	(5.084.349,09)	40.233.143,19
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		3.339.002,70	3.813.116,36	2.434.196,82
Relações Interfinanceiras		(1.025.861,31)	(5.537.795,96)	(2.882.954,59)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		49.127,90	(213.486,71)	1.862.306,39
Outros Passivos Financeiros		58.973,20	86.576,17	(4.238.734,00)
Provisões		(76.964,10)	(248.063,87)	304.390,33
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		75.912,41	361.989,58	(58.616,88)
Outros Passivos		120.565,86	(4.529.281,38)	5.271.250,30
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		-	-	9.621,64
FATES - Atos Cooperativos		(286.758,71)	(286.758,71)	(152.363,58)
Imposto de Renda		220.864,54	-	(449.550,65)
Contribuição Social		139.718,72	-	(284.130,39)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(41.889.200,34)	(37.938.389,83)	82.743.625,23
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos		-	65.026,32	172.238,99
Distribuição de Sobras da Central		-	337.658,24	167.918,52
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		278.693,62	278.693,62	135.177,53
Aquisição de Intangível		49.253,00	(354.147,79)	(356.469,21)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.117.876,29)	(1.823.335,72)	(905.327,93)
Aquisição de Investimentos		(1.119.432,18)	(1.773.855,69)	(1.346.859,86)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(1.909.361,85)	(3.269.961,02)	(2.133.321,96)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		1.841.040,68	3.086.321,93	4.439.361,95
Devolução de Capital à Cooperados		(2.258.709,26)	(5.306.314,82)	(4.942.648,18)
Distribuição de sobras para associados		-	(460.488,41)	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.733.917,18	1.733.917,18	-
Reversões de Fundos		7.297,63	7.297,63	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		1.323.546,23	(939.266,49)	(503.286,23)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(42.475.015,96)	(42.147.617,34)	80.107.017,04
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		140.229.561,92	139.902.163,30	59.795.146,26
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		97.754.545,96	97.754.545,96	139.902.163,30
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		42.336.693,74	(780.153,44)	15.399,17	76.973,13	57.729,85	(1.602.923,59)	40.103.718,86
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(283.656,38)	(283.656,38)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Ao FATES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.621,64	9.621,64
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		3.768.634,26	670.727,69	0,00	0,00	0,00	0,00	4.439.361,95
Por Devolução (-)		(4.942.648,18)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.942.648,18)
Reversões de Reservas		0,00	0,00	0,00	(76.973,13)	(57.729,85)	134.702,98	0,00
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.794.013,76	4.794.013,76
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		0,00	0,00	0,00	1.523.635,74	0,00	(1.523.635,74)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	914.181,44	(914.181,44)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(152.363,58)	(152.363,58)
Saldos em 31/12/2020		41.162.679,82	(109.425,75)	15.399,17	1.523.635,74	914.181,44	461.577,65	43.968.048,07
Saldos em 31/12/2020		41.162.679,82	(109.425,75)	15.399,17	1.523.635,74	914.181,44	461.577,65	43.968.048,07
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Distribuição de sobras para associados		915.270,68	0,00	0,00	0,00	(914.181,44)	(461.577,65)	(460.488,41)
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		3.953.777,27	(867.455,34)	0,00	0,00	0,00	0,00	3.086.321,93
Por Devolução (-)		(5.306.314,82)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.306.314,82)
Reversões de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.297,63	7.297,63
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.508.147,83	7.508.147,83
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.733.917,18	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.772.973,60)	(39.056,42)
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		0,00	0,00	0,00	2.867.587,12	0,00	(2.867.587,12)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	1.720.552,27	(1.720.552,27)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(286.758,71)	(286.758,71)
Saldos em 31/12/2021		42.459.330,13	(976.881,09)	15.399,17	4.391.222,86	1.720.552,27	867.573,76	48.477.197,10
Saldos em 30/06/2021		40.295.458,02	(129.257,58)	15.399,17	1.523.635,74	0,00	3.246.204,77	44.951.440,12
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		2.688.664,19	(847.623,51)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.841.040,68
Por Devolução (-)		(2.258.709,26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.258.709,26)
Reversões de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.297,63	7.297,63
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.261.943,06	4.261.943,06
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.733.917,18	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.772.973,60)	(39.056,42)
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		0,00	0,00	0,00	2.867.587,12	0,00	(2.867.587,12)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	1.720.552,27	(1.720.552,27)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(286.758,71)	(286.758,71)
Saldos em 31/12/2021		42.459.330,13	(976.881,09)	15.399,17	4.391.222,86	1.720.552,27	867.573,76	48.477.197,10
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.								



2

**NOTAS
EXPLICATIVAS**



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO TOCANTINS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO TOCANTINS LTDA - SICOOB TOCANTINS é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/03/1991, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB TOCANTINS, sediado à AV BERNARDO SAYAO, Nº 467, CENTRO, PARAÍSO DO TOCANTINS – TO, possui 13 Postos de Atendimento (Pas) nas seguintes localidades: BARROLÂNDIA – TO, PIUM – TO, MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS – TO, MIRANORTE – TO, DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS – TO, DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS – TO, CRISTALÂNDIA – TO, GURUPI – TO, PALMAS – TO, ARAGUAÍNA – TO, PORTO NACIONAL – TO, FÁTIMA – TO – LUZIMANGUES – TO.

O SICOOB TOCANTINS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 24/01/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para

elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalên-



cia patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, lí-



quidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	4.303.674,08	4.851.463,13
Aplicações interfinanceiras de liquidez (b)	24.892.864,20	38.153.429,93
Relações interfinanceiras - centralização financeira (c)	68.558.007,68	96.897.270,24
TOTAL	97.754.545,96	139.902.163,30

(a) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria e terminal de auto atendimento) e em custódia na tesouraria centralizadora (numerário em trânsito em poder da transportadora de valores para reciclagem, onde o excedente é depositado nas contas de reservas bancárias).

(b) Referem-se a operações compromissadas e depósitos interfinanceiros (aplicados no Banco Sicoob. Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 foram respectivamente de R\$ 1.261.353,97 (Um milhão, duzentos e sessenta um mil, trezentos e cinquenta três reais e noventa sete centavos) e R\$ 859.221,29 (Oitocentos e cinquenta nove mil, duzentos e vinte um reais e vinte nove centavos).

(c) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	2.821.368,05	3.994.463,27	1.440.243,44

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	41.220.620,56	38.165.740,51	79.386.361,07	30.173.763,28	30.650.174,25	60.823.937,53
Financiamentos	12.968.501,68	31.143.197,45	44.111.699,13	6.425.135,33	15.394.117,59	21.819.252,92



Financiamentos Rurais	21.148.651,10	32.870.809,68	54.019.460,78	19.851.652,07	21.191.871,09	41.043.523,16
Total de Operações de Crédito	75.337.773,34	102.179.747,64	177.517.520,98	56.450.550,68	67.236.162,93	123.686.713,61
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.930.310,56)	(8.297.108,11)	(14.227.418,67)	(6.509.347,47)	(7.795.450,74)	(14.304.798,21)
TOTAL	69.407.462,78	93.882.639,53	163.290.102,31	9.941.203,21	59.440.712,19	109.381.915,40

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação					Rurais	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
AA	-	Normal	2.129.991,61	2.245.537,97	3.803.177,15	8.178.706,73	0,00	3.046.032,23	0,00
A	0,50%	Normal	21.438.494,80	11.077.688,69	26.239.244,45	58.755.427,94	(293.777,14)	43.135.625,26	(215.678,13)
B	1%	Normal	19.100.778,30	15.184.177,30	16.536.184,49	50.821.140,09	(508.211,40)	25.045.302,63	(250.453,03)
B	1%	Vencidas	386.856,36	195.927,46	0,00	582.783,82	(5.827,84)	185.163,06	(1.851,63)
C	3%	Normal	17.923.552,43	8.364.929,39	4.781.303,11	31.069.784,93	(932.093,55)	29.837.758,14	(895.132,74)
C	3%	Vencidas	559.757,35	1.380.081,29	0,00	1.939.838,64	(58.195,16)	414.396,18	(12.431,89)
D	10%	Normal	4.901.749,39	3.427.508,71	1.717.806,88	10.047.064,98	(1.004.706,50)	5.538.890,86	(553.889,09)
D	10%	Vencidas	1.096.507,77	208.137,03	197.269,90	1.501.914,70	(150.191,47)	335.867,25	(33.586,73)
E	30%	Normal	1.154.571,23	425.455,26	267.037,05	1.847.063,54	(554.119,68)	2.935.206,96	(880.562,09)
E	30%	Vencidas	1.223.314,78	455.551,13	0,00	1.678.865,91	(503.659,77)	486.736,10	(146.020,83)
F	50%	Normal	76.924,62	17.308,83	352.397,08	446.630,53	(223.315,27)	901.848,94	(450.924,47)
F	50%	Vencidas	685.869,51	168.683,41	0,00	854.552,92	(427.276,46)	1.029.039,75	(514.519,88)
G	70%	Normal	291.996,07	71.623,07	0,00	363.619,14	(254.533,46)	869.252,66	(608.476,86)
G	70%	Vencidas	172.529,78	222.857,34	0,00	395.387,12	(276.770,98)	614.412,13	(430.088,49)
H	100%	Normal	6.629.007,26	211.618,67	0,00	6.840.625,93	(6.840.625,93)	8.186.622,45	(8.186.622,46)
H	100%	Vencidas	1.614.459,81	454.613,58	125.040,67	2.194.114,06	(2.194.114,06)	1.124.559,01	(1.124.559,89)
Total Normal			73.647.065,71	41.025.847,89	53.697.150,21	168.370.063,81	(10.611.382,93)	119.496.540,13	(12.041.738,87)
Total Vencidos			5.739.295,36	3.085.851,24	322.310,57	9.147.457,17	(3.616.035,74)	4.190.173,48	(2.263.059,34)
Total Geral			79.386.361,07	44.111.699,13	54.019.460,78	177.517.520,98	(14.227.418,67)	123.686.713,61	(14.304.798,21)
Provisões			(11.119.792,56)	(2.094.770,95)	(1.012.855,16)	(14.227.418,67)		(14.304.798,21)	
Total Líquido			68.266.568,51	42.016.928,18	53.006.605,62	163.290.102,31		109.381.915,40	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	19.854.271,11	21.366.349,45	38.165.740,51	79.386.361,07
Financiamentos	3.473.893,00	9.494.608,68	31.143.197,45	44.111.699,13
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.733.185,73	14.415.465,37	32.870.809,68	54.019.460,78
TOTAL	30.061.349,84	45.276.423,50	102.179.747,64	177.517.520,98

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	20.278.906,98	6.554.533,56	0,00	26.833.440,54	15,12%
Setor Privado - Indústria	34.865,32	348.581,00	0,00	383.446,32	0,22%
Setor Privado - Serviços	20.161.574,39	10.133.954,83	0,00	30.295.529,22	17,07%
Pessoa Física	38.576.194,52	27.031.132,25	54.019.460,78	119.626.787,55	67,39%
Outros	334.819,86	43.497,49	0,00	378.317,35	0,21%
TOTAL	79.386.361,07	44.111.699,13	54.019.460,78	177.517.520,98	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	14.304.798,21	14.308.416,47
Constituições	15.647.608,79	19.618.425,70
Reversões no período	(11.742.386,48)	(14.166.805,42)
Transferência para prejuízo no período	(3.982.601,85)	(5.455.238,54)
Saldo Final	14.227.418,67	14.304.798,21

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	3.576.697,60	1,96%	2.136.377,68	1,68%
10 Maiores Devedores	15.774.516,38	8,66%	12.896.364,41	10,15%
50 Maiores Devedores	40.223.118,30	22,09%	34.528.090,45	27,18%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	17.506.423,97	17.273.548,96
Valor das operações transferidas no período	4.415.235,40	5.381.214,75
Valor das operações recuperadas no período	(4.347.815,97)	(4.946.320,26)
Descontos concedidos nas operações recuperadas	(503.767,88)	(202.019,48)
Saldo Final	17.070.075,52	17.506.423,97

h) Operações renegociadas:

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos das operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 21.246.739,48, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:



Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.150.208,11	0,00	339.297,39	0,00
Rendas a Receber (b)	887.348,38	0,00	192.825,92	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	466.139,02	1.936.607,75	433.719,43	1.955.431,49
Títulos e Créditos a Receber (d)	126.685,32	0,00	92.774,49	0,00
TOTAL	2.630.380,83	1.936.607,75	1.058.617,23	1.955.431,49

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo BANCO SICOOB, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 58.860,09), Rendas de Cartões (R\$ 218.075,77) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 580.023,84) e outros (R\$ 30.388,68);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 126.685,32).

6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(792.625,51)	0,00	(271.646,36)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(14.580,89)	(16.405,29)	(11.769,74)	(1.115,63)
TOTAL	(807.206,40)	(16.405,29)	(283.416,10)	(1.115,63)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação					31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
AA	-	Normal	0,00	1.261.778,63	1.261.778,63	0,00	1.767.847,76	0,00
A	0,05%	Normal	0,00	413.477,97	413.477,97	(2.067,39)	215.461,44	(1.077,31)
B	1%	Normal	0,00	141.016,40	141.016,40	(1.410,16)	18.359,74	(183,60)
C	3%	Normal	0,00	586.473,77	586.473,77	(17.594,21)	387.481,98	(11.624,46)
E	30%	Normal	53.088,49	0,00	53.088,49	(15.926,55)	29.888,95	(8.966,69)
E	30%	Vencidas	170.536,96	0,00	170.536,96	(51.161,09)	39.350,72	(11.805,22)
F	50%	Normal	20.706,65	0,00	20.706,65	(10.353,33)	0,00	0,00
F	50%	Vencidas	305.597,04	0,00	305.597,04	(152.798,52)	30.254,61	(15.127,31)
G	70%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	5.028,76	(3.520,13)

G	70%	Vencidas	93.261,94	0,00	93.261,94	(65.283,36)	8.491,22	(5.943,85)
H	100%	Vencidas	507.017,03	0,00	507.017,03	(507.017,03)	226.283,13	(226.283,11)
Total Normal			73.795,14	2.402.746,77	2.476.541,91	(47.351,64)	2.424.068,63	(25.372,19)
Total Vencidos			1.076.412,97	0,00	1.076.412,97	(776.260,00)	304.379,68	(259.159,49)
Total Geral			1.150.208,11	2.402.746,77	3.552.954,88	(823.611,64)	2.728.448,31	(284.531,68)
Provisões			(802.539,87)	(21.071,77)	(823.611,64)		(284.531,68)	
Total Líquido			347.668,24	2.381.675,00	2.729.343,24		2.443.916,63	

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	683.829,13	0,00	126.963,84	0,00
TOTAL	683.829,13	0,00	126.963,84	0,00

8. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	44.268,64	0,00	28.831,07	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	341.242,37	0,00	117.434,12	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações	0,00	0,00	261.910,26	0,00
Pagamentos a Ressarcir	2.329,55	0,00	0,00	0,00
Devedores Diversos – País (a)	336.725,09	0,00	1.272.412,25	0,00
Material em Estoque	360,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	7.951.059,95	0,00	7.962.798,31	0,00
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(368.106,53)	0,00	(360.437,22)	0,00
Despesas Antecipadas (d)	294.707,43	0,00	482.611,65	0,00
TOTAL	8.602.586,50	0,00	9.765.560,44	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar – BANCO SI-COOB (R\$ 123.908,71) e outros (R\$ 212.816,38);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(d) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.



9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	7.014.975,57	5.595.123,10
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	2.997.471,95	2.649.068,73
Outros Investimentos	8.000,00	2.400,00
TOTAL	10.020.447,52	8.246.591,83

(a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (a)		278.759,54	190.822,69
Terrenos		512.755,54	512.755,54
Edificações	4%	956.065,75	219.892,37
Instalações	10%	1.372.640,09	1.329.167,09
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.519.410,06	1.368.604,55
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.907.668,66	3.511.779,42
Sistema de Segurança	10%	1.184.296,25	902.698,20
Sistema de Transporte	20%	279.209,39	279.209,39
Total de Imobilizado de Uso		10.010.805,28	8.314.929,25
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(166.554,50)	(144.438,27)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(927.853,92)	(795.029,04)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(2.893.815,84)	(2.251.665,62)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(172.808,86)	(133.409,50)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(4.161.033,12)	(3.324.542,43)
(-) Redução ao Valor Recuperável De Ativo Imobilizado De Uso		0,00	(134.627,12)
TOTAL		5.849.772,16	4.855.759,70

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	10.212,86	10.212,86
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	2.233.117,11	1.878.969,32
Total de Intangível	2.243.329,97	1.889.182,18
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(1.628.162,28)	(1.272.629,75)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(1.628.162,28)	(1.272.629,75)
TOTAL	615.167,69	616.552,43

12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	116.486.377,97	0,00	96.484.109,27	0,00
Depósito a Prazo (b)	87.995.929,54	0,00	93.080.278,63	0,00
TOTAL	204.482.307,51	0,00	189.564.387,90	0,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	8.983.922,76	4,42%	8.769.672,61	4,63%
10 Maiores Depositantes	43.464.339,75	21,39%	37.052.782,00	19,57%
50 Maiores Depositantes	82.315.286,90	40,52%	75.907.573,57	40,09%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.942.220,12)	(4.075.584,13)	(1.791.817,86)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(188.710,21)	(248.845,51)	(71.528,72)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(173.429,22)	(325.357,01)	(219.195,79)
TOTAL	(3.304.359,55)	(4.649.786,65)	(2.082.542,37)

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostas.

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	3.768.257,27	5.536.460,28	5.491.601,19	0,00
TOTAL	3.768.257,27	5.536.460,28	5.491.601,19	0,00



14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	9.165.484,96	11.487.526,42	13.960.699,89	12.728.567,17
(-) Despesas a Apropriar Bancoob	(319.393,98)	(1.047.940,35)	(625.891,79)	(1.239.902,26)
TOTAL	8.846.090,98	10.439.586,07	13.334.808,10	11.488.664,91

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bancoob	2.986.178,53	0,00	2.003.391,84	0,00
(-) Despesas a Apropriar-Bancoob	(356.724,19)	0,00	0,00	0,00
COOPERATIVA CENTRAL	0,00	0,00	839.549,21	0,00
TOTAL	2.629.454,34	0,00	2.842.941,05	0,00

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(716.411,82)	(716.411,82)	(897.048,32)
Cooperativa Central	0,00	0,00	(8.707,71)
Outras Instituições	0,00	(848.356,80)	(1.001.149,60)
TOTAL	(716.411,82)	(1.564.768,62)	(1.906.905,63)

15. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações Junto a Participantes de Sistema de Liquidação e de Arranjo de Pagamento	88.150,76	0,00	88.150,76	0,00
TOTAL	88.150,76	0,00	88.150,76	0,00

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	2.051,45	0,00	441,88	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	57.837,94	0,00	57.124,47	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	122.779,45	0,00	38.526,32	0,00
TOTAL	182.668,84	0,00	96.092,67	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Cobrança de terceiro em Trânsito (R\$ 2.051,45);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 119.084,85), Municipais (R\$ 904,45) e outros (R\$ 2.790,15).

17. Instrumentos Financeiros

O SICOOB TOCANTINS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	459.304,24	6.843,63	389.510,10	37.929,03
Provisão Para Contingências (b)	47.512,36	0	332.577,17	0
TOTAL	506.816,60	6.843,63	722.087,27	37.929,03

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	15.112.886,59	9.754.183,22
TOTAL	15.112.886,59	9.754.183,22

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:



Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	0,00	0,00	28.086,84	0,00
Outras Contingências	47.512,36	0,00	304.490,33	0,00
TOTAL	47.512,36	0,00	332.577,17	0,00

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB TOCANTINS, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 61.883,60. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	0,00	0,00	50.983,49	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	9.442,39	0,00	12.181,29	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	583.122,63	0,00	224.112,33	0,00
Outros	105.955,29	0,00	49.253,62	0,00
TOTAL	698.520,31	0,00	336.530,73	0,00

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	1.131.346,31	0,00	531.447,58	0,00
Cheques Administrativos	1.202.402,04	0,00	4.787.026,90	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	182.680,58	0,00	332.516,28	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	1.346.438,03	0,00	960.001,62	0,00
Credores Diversos – País (c)	988.737,12	0,00	981.849,07	0,00
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívidas Elegíveis a Capital Anteriores a Res 4.192/2013	45.870,39	0,00	60.940,80	0,00
TOTAL	4.897.474,47	0,00	7.653.782,25	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	699.521,65	0,00	379.084,00	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	431.824,66	0,00	152.363,58	0,00
TOTAL	1.131.346,31	0,00	531.447,58	0,00

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 1.035.583,61) e outros (R\$ 310.854,42);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R\$ 724.735,09), Saldos Credores - Encerramento C/C (R\$ 22,09), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 156.469,33) e outros (R\$ 107.510,61).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	41.482.449,04	41.053.254,07

b) Reservas de Capital

Fundo destinado a cobertura de eventuais arrombamentos, assaltos, furtos e fraudes, conforme aprovado na Assembleia Ata Sumária nº 24, realizada em 21/03/2015.

c) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

d) Reserva de Fundo de Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para aumento de capital, conforme Estatuto Social, e incorporados às respectivas contas, sendo as frações de quotas partes imediatamente transferidas ao Fundo de Reserva.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

f) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:



Descrição	2021	2020
PERDAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	(1.602.923,59)
SOBRA/PERDA LIQUIDA DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESPECÍFICAS	5.735.174,23	4.794.013,76
REVERSÃO DE DESTINAÇÕES EFETUADAS EM 31/12/2019	0,00	144.324,62
AJUSTES SOLICITADOS PELA AUDITORIA	0,00	(288.143,32)
(-) FATES COM ASSOCIADOS (5%)	(286.758,71)	(152.363,58)
(-) FUNDO DE RESERVA (50%)	(2.867.587,12)	(1.523.635,74)
(-) OUTRAS RESERVAS – FAC (30%)	(1.720.552,27)	(914.181,44)
(=) SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS A DISPOSIÇÃO ASSEMBLÉIA (15%)	860.276,13	457.090,71
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00	4.486,94
REVERSÃO FATES (UTILIZAÇÃO EM 2021)	7.297,63	0,00
SOBRAS A DISPOSIÇÃO A ASSEMBLÉIA COM AS REVERSÕES	867.573,76	461.577,65

22. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 1.772.973,60. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	189.418,15	359.308,98	301.081,52
Rendas de Empréstimos	7.213.169,18	12.873.945,73	11.652.771,92
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	561.611,76	1.100.334,72	1.242.256,73
Rendas de Financiamentos	2.479.491,68	4.080.076,38	2.665.998,13
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.762.725,66	2.703.611,31	1.138.944,89
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	434.947,23	933.862,68	896.534,69
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	282.846,65	637.831,39	1.062.970,15
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	2.009,40	12.159,54	66.338,69
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	110,00	110,00	0
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	2.762.665,58	4.440.860,88	4.957.571,98
TOTAL	15.688.995,29	27.142.101,61	23.984.468,70

24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(3.304.359,55)	(4.649.786,65)	(2.082.542,37)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(716.411,82)	(1.564.768,62)	(1.906.905,63)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.733.682,43	7.630.217,70	9.482.755,94

Reversões de Provisões para Outros Créditos	48.529,08	77.984,65	105.808,49
Provisões para Operações de Crédito	(6.826.467,76)	(11.522.841,62)	(14.334.612,42)
Provisões para Outros Créditos	(708.612,88)	(1.064.556,81)	(439.144,97)
TOTAL	(7.773.640,50)	(11.093.751,35)	(9.174.640,96)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	624.471,04	1.420.853,53	1.518.435,29
Rendas de Outros Serviços	2.114.406,47	3.841.103,02	2.853.340,33
TOTAL	2.738.877,51	5.261.956,55	4.371.784,62

26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	474.731,80	908.421,20	335.053,70
Rendas de Serviços Prioritários - PF	136.118,54	298.100,09	417.991,63
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1.076,05	5.121,41	224
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	543.371,81	1.050.407,61	865.748,52
TOTAL	1.155.298,20	2.262.050,31	1.619.017,85

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(50.270,76)	(94.422,60)	(58.509,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(520.797,16)	(1.027.727,00)	(916.757,45)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.303.028,03)	(2.378.934,00)	(1.887.324,84)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.051.637,36)	(1.958.102,03)	(1.682.014,25)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.764.347,13)	(5.051.737,89)	(4.074.816,19)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(26.458,15)	(49.935,46)	(61.759,54)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(76.489,38)	(144.971,00)	(87.572,67)
TOTAL	(5.793.027,97)	(10.705.829,98)	(8.768.753,94)

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(229.718,26)	(422.056,54)	(429.369,75)
Despesas de Aluguéis	(537.499,26)	(1.035.635,27)	(936.623,90)
Despesas de Comunicações	(283.428,80)	(580.080,97)	(589.080,24)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(81.001,85)	(168.734,28)	(101.540,14)
Despesas de Material	(67.818,03)	(137.588,49)	(132.919,05)
Despesas de Processamento de Dados	(807.368,96)	(1.662.229,44)	(1.518.064,07)



Despesas de Promoções e Relações Públicas	(224.046,92)	(317.170,08)	(156.900,90)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(169.071,46)	(252.460,88)	(103.003,59)
Despesas de Publicações	(1.034,40)	(6.085,80)	(9.847,20)
Despesas de Seguros	(85.357,18)	(156.922,82)	(149.733,14)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(710.324,40)	(1.464.244,16)	(1.324.852,04)
Despesas de Serviços de Terceiros	(257.145,63)	(439.620,22)	(437.887,01)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(147.464,93)	(284.176,20)	(298.523,08)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(321.242,59)	(556.484,47)	(540.984,26)
Despesas de Transporte	(486.236,68)	(977.867,24)	(800.518,87)
Despesas de Viagem ao Exterior	(4.042,00)	(6.152,00)	(6.349,96)
Despesas de Viagem no País	(13.728,36)	(19.911,36)	(17.135,43)
Despesas de Amortização	(181.434,56)	(355.532,53)	(296.857,36)
Despesas de Depreciação	(441.162,32)	(829.323,26)	(731.608,38)
Outras Despesas Administrativas	(819.331,20)	(1.736.788,56)	(1.716.015,35)
TOTAL	(5.868.457,79)	(11.409.064,57)	(10.297.813,72)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	8.321,27	39.550,48	170.210,69
Dividendos	0,00	65.026,32	172.238,99
Distribuição de sobras da central	0,00	337.658,24	167.918,52
Rendas de Repasses Interfinanceiros	5.906,74	9.902,08	11.500,44
Outras rendas operacionais	6.001,04	35.403,89	196.092,62
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	984.999,22	1.904.696,06	1.587.930,46
Juros ao Capital Recebidos da Central	278.693,62	278.693,62	135.177,53
TOTAL	1.283.921,89	2.670.930,69	2.441.069,25

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(122.908,64)	(210.805,54)	(268.611,27)
Outras Despesas Operacionais	(125.378,41)	(356.750,69)	(302.822,75)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(131.685,83)	(226.927,36)	(35.312,01)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(76.173,19)	(105.824,88)	(17.070,23)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(6.075,66)	(8.135,32)
Perdas - Fraudes Externas	(54.132,14)	(54.132,14)	0,00

Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(612,95)	(612,95)	(110,02)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(6.457,63)	(6.457,63)	0,00
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	(10.755,47)
TOTAL	(517.348,79)	(967.586,85)	(642.817,07)

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	8.914,10	37.000,94	24.900,00
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	0,00	0,00	(100,00)
Reversões de Provisões para Contingências	8.914,10	37.000,94	25.000,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(27.855,00)	(38.708,74)	(156.706,47)
Provisões para Garantias Prestadas	(332.367,51)	(624.231,97)	(486.483,17)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	304.512,51	585.523,23	329.776,70
TOTAL	(18.940,90)	(1.707,80)	(131.806,47)

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	3.500,00	60.264,15	218.597,60
Ganhos de Capital	9.807,06	50.858,98	57.515,56
Ganhos de Aluguéis	16.860,00	23.040,00	5.170,00
Reversão de Provisões não Operacionais	83.599,64	83.599,64	215.971,36
Outras Rendas não Operacionais	69.956,25	100.413,03	61.887,84
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(473.064,36)	(473.064,36)	(100.660,14)
(-) Perdas de Capital	(6.010,83)	(6.010,83)	(32.464,72)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(78.068,95)	(199.341,85)	(347.955,72)
TOTAL	(373.421,19)	(360.241,24)	78.061,78

33. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.



Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	4.952.822,03	1,7268%	58.945,89
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	544.181,99	0,1897%	1.009,61
TOTAL	5.497.004,02	1,9166%	59.955,50
Montante das Operações Passivas	221.337,19	0,1001%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,8627%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,2323%
Credito Rural (modalidades)	0,3173%
Aplicações Financeiras	0,1001%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	102.974,84	1.062,05	4,6518%
Conta Garantida	2.536,11	173,12	0,1074%
Financiamentos Rurais	784.539,53	5.792,05	1,4523%
Empréstimos	966.290,13	34.783,43	1,4042%
Financiamentos	849.581,16	11.540,05	1,9260%
Direitos Creditórios Descontados	9.952,44	298,57	0,1659%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	420.762,01	0,3710%	0%
Depósitos a Prazo	193.475,97	0,2199%	0,7292%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,8900%	2,03
Empréstimos	1,9180%	26,73
Financiamentos	1,0306%	51,75
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	95,5767%	166,65

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	65.801,57
Crédito Rural	3.037.656,64

Direitos Creditórios Descontados	29.857,32
Empréstimos	2.942.210,63
Financiamentos	2.373.046,90

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	526.815,39	304.085,34

f) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(520.797,16)	(1.027.727,00)	(455.738,45)	(916.757,45)
INSS Diretoria/Conselheiros	(92.413,36)	(202.629,52)	(92.203,20)	(190.612,60)

34. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO TOCANTINS LTDA - SICOOB TOCANTINS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB TOCANTINS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB GOIÁS CENTRAL:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	68.558.007,68	96.897.270,24
Ativo - Investimentos	7.014.975,57	5.595.123,10
Total das Operações Ativas	75.572.983,25	102.492.393,34
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	0,00	839.549,21
Total de Operações Passivas	0,00	839.549,21



Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB GOIÁS CENTRAL:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.821.368,05	3.994.463,27	1.440.243,44
Total das Receitas	2.821.368,05	3.994.463,27	1.440.243,44
Rateio de Despesas da Central	(516.274,29)	(948.910,60)	(796.855,85)
Total das Despesas	(516.274,29)	(948.910,60)	(796.855,85)

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAo-pad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços



das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

35.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar

que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

35.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital



O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	38.169.431,96	35.283.637,79
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	197.045.680,70	163.278.267,03
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	19,37%	21,60%
Índice de imobilização (limite 50%) %	15,34%	13,76%

38. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(7.011,27)	(14.641,97)	(7.671,67)	(20.674,42)
TOTAL	(7.011,27)	(14.641,97)	(7.671,67)	(20.674,42)

Julio Cesar Galvão
Diretor Administrativo Financeiro

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6



3

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Tocantins Ltda. – Sicoob Tocantins

Paraíso do Tocantins/TO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Tocantins Ltda. – Sicoob Tocantins**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sicoob Tocantins** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 18 de fevereiro de 2022.



A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Diego Rabelo', is positioned above the printed name.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 0194841/O-4
CNAI 2090



4

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Com o objetivo de emitir o parecer do Conselho Fiscal direcionado à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 18 de março de 2022, os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Tocantins LTDA – Sicoob Tocantins, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias determinadas no artigo 85, inciso IV do Estatuto Social, e no artigo 34 do Regimento Interno do Conselho Fiscal, reuniram-se em sessão extraordinária no dia 09 de março de 2022, para deliberar sobre a prestação de contas da administração no exercício social do ano de 2021 e emitir parecer com sua opinião à Assembleia Geral Ordinária.

Procedeu-se o minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis que compreendem: o balanço patrimonial, demonstrativo de sobras ou perdas, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, notas explicativas às demonstrações contábeis, demonstração do resultado abrangente e relatório da gestão relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, os quais demonstraram estarem corretos em todos os seus aspectos.

Nesse sentido, a Auditoria Independente emitiu parecer, sem ressalvas em relação ao Balanço Patrimonial de 2021 e opinando que as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Tocantins em 31 de dezembro de 2021.

Assim, após as análises e conclusões, acerca das demonstrações contábeis e relatório de gestão, e diante da opinião favorável da Auditoria Independente, somos, de forma unânime favoráveis de que as contas da administração sejam aprovadas pela Assembleia Geral.

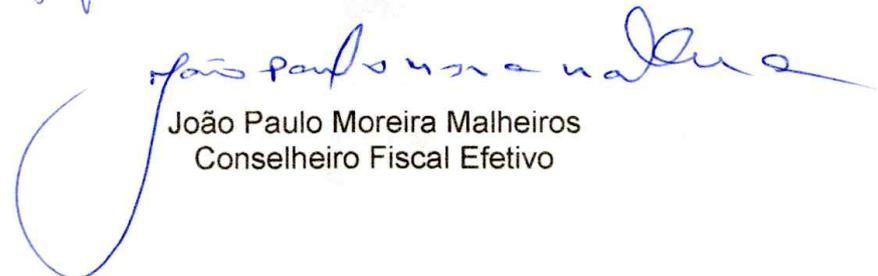
Paraíso do Tocantins TO, 09 de março de 2022.



Cleidevanda Feliciano da Costa Silva
Coordenadora do Conselho Fiscal



Aliandra Souto Santos
Secretária do Conselho Fiscal



João Paulo Moreira Malheiros
Conselheiro Fiscal Efetivo



AÇÕES DO ANO 2021



SICOOB TOCANTINS: 30 ANOS LEVANDO JUSTIÇA FINANCEIRA AOS TOCANTINENSES

Fundado em 12 de março de 1991, o Sicoob Tocantins comemorou em 2021 seu fortalecimento, desenvolvimento e crescimento. Essas conquistas são fruto do trabalho desenvolvido nesses 30 anos para levar justiça financeira aos tocantinenses. Hoje, maior instituição financeira cooperativa do Estado, faz parte da vida de mais de 25 mil tocantinenses.

O Sicoob Tocantins fechou 2021 conta com mais de 10,7 mil associados e mais de 14,4 mil poupadores. A Cooperativa está presente em 14 localidades: Paraíso do Tocantins, Araguaína, Barrolândia, Cristalândia, Divinópolis, Dois Irmãos, Gurupi, Marianópolis, Miranorte, Palmas, Pium, Porto Nacional, Fátima e Luzimangues, e, se prepara para abrir sua 16ª agência, no município de Lagoa da Confusão.





SICOOB TOCANTINS INAUGURA SUA 15ª AGÊNCIA

Para comemorar os 30 anos de atuação, o Sicoob Tocantins inaugurou sua 15ª agência no Estado, em Luzimangues, distrito de Porto Nacional. A abertura da agência em Luzimangues ocorre após a realização de estudos de viabilidade econômica no local.

Com 295 m² de área construída, a agência, localizada na TO 0-80, conta com amplo espaço para atendimento e caixas com área reservada proporcionando conforto e privacidade a seus associados e poupadores.



SICOOB TOCANTINS INICIA IMPLANTAÇÃO DE ENERGIA SOLAR EM MAIS DUAS UNIDADES

Dando sequência a uma série de ações que vêm sendo realizadas nos últimos anos com o objetivo de reduzir os impactos no meio ambiente, o Sicoob Tocantins implantou um sistema de energia solar fotovoltaica na sua Agência Sede e no seu Centro Administrativo, ambos em Paraíso do Tocantins. Agora, juntamente com Palmas, Araguaína e Gurupi, cinco unidades contam com uma fonte autossustentável e renovável que além de diminuir o impacto ambiental, reduz a conta de energia elétrica.

A energia fotovoltaica é uma fonte autossustentável e renovável e, além de diminuir o impacto ambiental, reduz em até 80% a conta de energia elétrica. Para a implantação do sistema nas duas unidades do Sicoob Tocantins foi feita uma seleção para definição da empresa executora do projeto. O processo de escolha foi realizado em duas etapas: técnica e orçamentária.





AÇÕES DO SICOOB TOCANTINS DURANTE A PANDEMIA

Para cuidar da saúde da nossa gente, seguimos no ano de 2021 com as medidas adotadas em 2020, conforme as orientações do Ministério da Saúde, e apostamos na cooperação entre todos, como forma de minimizar os seus efeitos.

Preocupados com o impacto sócio-econômico da pandemia, o Sicoob Tocantins implantou novas linhas de crédito e implementou políticas de negociação de dívidas, e executamos ações como:

- Horário especial de funcionamento nas agências, com atendimento aos grupos de risco;
- Redução da jornada de trabalho, concessão de férias vencidas e adesão a política de home office para os grupos de risco;
- Passamos a recomendar preferencialmente o uso dos nossos canais digitais para realizar as transações sem exposição a riscos, para amenizar os efeitos de tantas mudanças na rotina das pessoas. Sugerimos ainda, que nas situações

que poderiam ser resolvidas remotamente, o contato com a cooperativa fosse por telefone;

- Pré-Aprovado Emergencial, com contratação pelo APP ou ATM;
- Crédito Produtor Rural para Veículos, com redução das taxas de juros;

O SICOOB FAZ MAIS POR VOCÊ, QUE FAZ DO CAMPO A SUA VIDA.

PROCURE UMA COOPERATIVA.

SICOOB Tocantins

SUBJEITO A ANÁLISE DE CRÉDITO

• Financiamento Auto, com redução das taxas de juros;

• GarantiTocantins, para MEI, ME, EPP, Mini, Micro e pequenos Produtores ;

FINANCIAMENTO DE COTAS

SICOOB Tocantins 30 Anos

COM ELAS VOCÊ **AUMENTA SEU PATRIMÔNIO E** AINDA FORTALECE A COOPERATIVA.

TAXAS: FINANCIAMENTO DE COTAS A PARTIR DE 0,07% A.M. + CDI

CONTRAPARTIDA A PARTIR DE 0,80% A.M. + CDI

PRAZOS: FINANCIAMENTO DE COTAS: ATÉ 72 MESES CONTRAPARTIDA: ATÉ 48 MESES E CARÊNCIA DE 12 MESES

Sujeito a análise de crédito.

Crédito Sicoob GarantiTocantins

Temos uma oportunidade para você que é:
MEI, ME, EPP, Mini, Micro e Pequenos Produtores.

Nós garantimos por você!
Taxas a partir de 0,79% a.m*

Prazos:
até 12 meses de carência*
Sem custos até aprovação o custo para abertura de conta apenas para aprovados.
até 36 meses para quitar*
Aprovação do cadastro sujeita a análise.

análise sujeita a aprovação

- Antecipação de Recebíveis com redução de taxas;
- Prorrogação de dívidas, concessão de 90 dias mais carência;
- Pronampe para Micro e Pequenas Empresas com garantias do fundo;
- FGI para Pequenas e Médias empresas, com parcelamento em até 60 meses;

FGI PEAC
Fundo Garantidor para Investimento de Programa Emergencial de Acesso a Crédito

Beneficiários
Pequenas e Médias empresas

Taxas
A partir de 1% ao mês a.m*

Prazos
1º Pagamento
até 6 meses

Parcelamento
até 60 meses

*análise sujeita a aprovação

SICOOB
Tocantins

- Sicoob Construção, com aumento do prazo de 36 para 60 meses;

SICOOB
CRÉDITO CONSTRUÇÃO

PARA QUEM QUER REFORMAR, AMPLIAR OU CONSTRUIR.

SICOOB
Tocantins

*SUJEITO A ANÁLISE DE CRÉDITO

- Crédito Produtor Rural para veículos pesados, com aumento no limite para R\$ 350 mil;

Crédito Pessoal
Saúde

Porque nada vale tanto quanto seu bem-estar.

SICOOB
Tocantins

- Crédito Sicoob Saúde, com taxas reduzidas;
- Financiamento de Cotas, com aumento no valor da contrapartida para 200%;
- Capital de Giro Especial para Micro e Pequenas e Grandes Empresas com taxas de 1,09%;
- Veículo pessoa jurídica, com parcelas semestrais e anuais;
- Parceria com Conselhos de Entidades de Classe, com crédito na Linha profissional liberal até R\$ 140 mil; Crédito Pré-Aprovado e Crédito de até R\$ 50 mil.



SICOOB TOCANTINS CELEBRA PARCERIAS COM ENTIDADES PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO

Com o objetivo de atender uma demanda cada vez mais crescente dos profissionais liberais, que precisaram se reinventar e investir em seus negócios para enfrentar a crise econômica, o Sicoob Tocantins firmou parcerias com entidades de classe para a concessão de crédito como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Tocantins e o Conselho Regional de Farmácia. A parceria com a entidade representativa da classe, possibilita a concessão de crédito em diferentes linhas, com taxas, prazo e condições especiais.

e Câmaras municipais, em 2021 também ampliamos a carteira de consignados de R\$ 2,7 milhões para R\$ 7,3 milhões.

H a b e a s
CRÉDITOS

SEBRAE TOCANTINS SICOOB Tocantins 30 Anos

AQUI VOCÊ TEM CRÉDITO!*

* CRÉDITO SUJEITO A ANÁLISE E CONDIÇÕES DA LINHA
** NÃO DISPONÍVEL PARA AGENCIA DIGITAL.

	CRÉDITO PRÉ-APROVADO	NO VALOR DE ATÉ R\$ 20.000,00 POR TOMADOR COM TAXA DE 1,80% AM, COM CARÊNCIA DE 90 DIAS E PRAZO ATÉ 36 MESES.
	CRÉDITO DE ATÉ R\$30.000⁰⁰	COM GARANTIA DO FAMPE/SEBRAE PARA ESCRITÓRIO PJ. TAXA DE 1,29%, COM CARÊNCIA DE 06 MESES, PRAZO ATÉ 48 MESES.
	CRÉDITO PARA FINANCIAR ATÉ R\$140.000⁰⁰	ESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA, INSTALAÇÕES DE ESCRITÓRIO, REFORMAS E AMPLIAÇÕES; LINHA PROFISSIONAL LIBERAL, TAXA 1,59%, CARÊNCIA ATÉ 180 DIAS, PRAZO ATÉ 48 MESES.

Uma parceria com o Sebrae – TO possibilitou a ampliação com segurança da concessão de crédito a micro e pequenas empresas, fomentando o crescimento dos negócios dos MEI, ME e EPP. Por meio de convênios com 21 Prefeituras

FAMPE/SEBRAE
Crédito para pequenos negócios

Beneficiários:
MEI, ME e EPP.

Taxas
A partir de 1,29% a.m*

Prazos
Carência:
até 06 meses

Parcelamento
até 36 meses

APROVEITE O EMPRÉSTIMO CONSIGNADO PARA SERVIDORES MUNICIPAIS

TAXAS: PRAZOS:

ABRA SUA CONTA

E SE TORNE UM ASSOCIADO DO SICOOB TOCANTINS.

- Taxas mais atrativas
- Atendimento personalizado
- Participação do cooperado nos resultados financeiros

SICOOB Tocantins 30 Anos

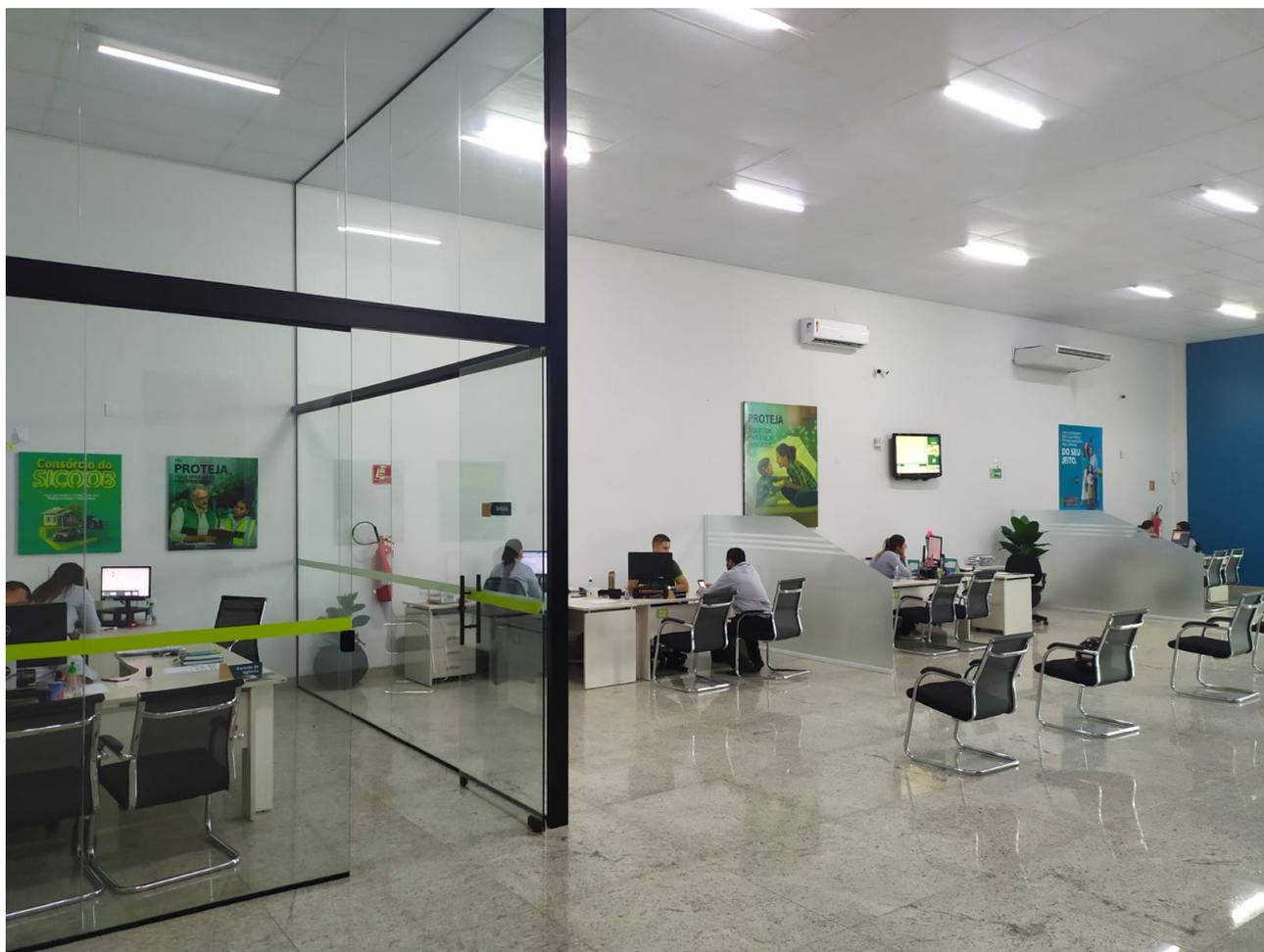
PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO COMERCIAL

Para fortalecer a musculatura comercial da Cooperativa, promovendo um atendimento com mais qualidade e maior agilidade ao associado, o Sicoob Tocantins implantou uma série de mudanças a partir de uma reestruturação comercial.

O projeto piloto, executado inicialmente nas agências de Paraíso e Palmas, já foi expandido para Gurupi e Araguaína, devendo ser levado às demais agências até o final de 2022. Para

cumprir o seu objetivo, foram realizadas ações como:

- Criação de Superintendência para coordenar o projeto de reestruturação, apoiar as agências e auxiliar de forma imediata a Diretoria Executiva;
- Criação de carteiras gerenciais nas principais agências da Cooperativa;
- Reformulação da métrica comercial;
- Adoção de uma nova plataforma sistêmica para acompanhamento das metas e resultados;
- Adequação estrutural e de pessoal das agências;





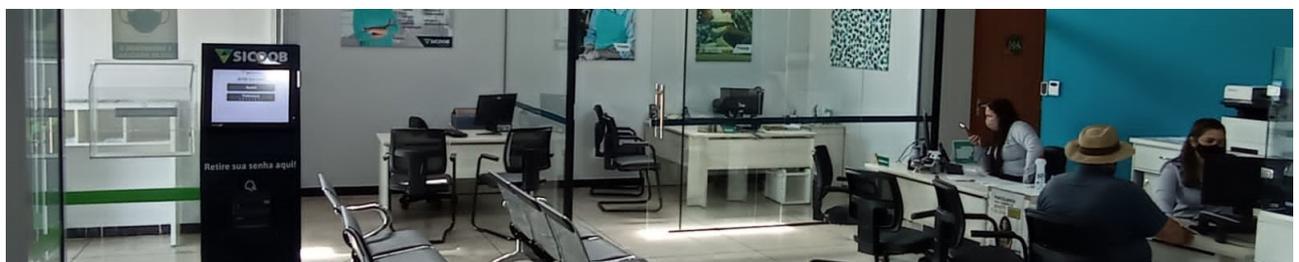
SICOOB TOCANTINS INVESTE NA MELHORIA DE INSTALAÇÕES



Para proporcionar um espaço mais adequado e confortável, propiciando um atendimento de excelência aos cooperados e poupadores, o Sicoob Tocantins está reformando suas agências, ampliando algumas unidades e construindo as novas instalações da agência de Porto Nacional.

Em 2021, iniciamos a construção das novas instalações para agência de Porto Nacional. Também foi iniciada a reforma e ampliação da agência de Pium.

O Centro Administrativo, em Paraíso, teve suas instalações ampliadas com mais salas, sala de reuniões e treinamentos. O layout interno da agência de Marianópolis foi readequado, assim como as fachadas das agências de Cristalândia, Gurupi, Araguaína, Barrolândia, Miranorte, Dois Irmãos, Divinópolis e Palmas.

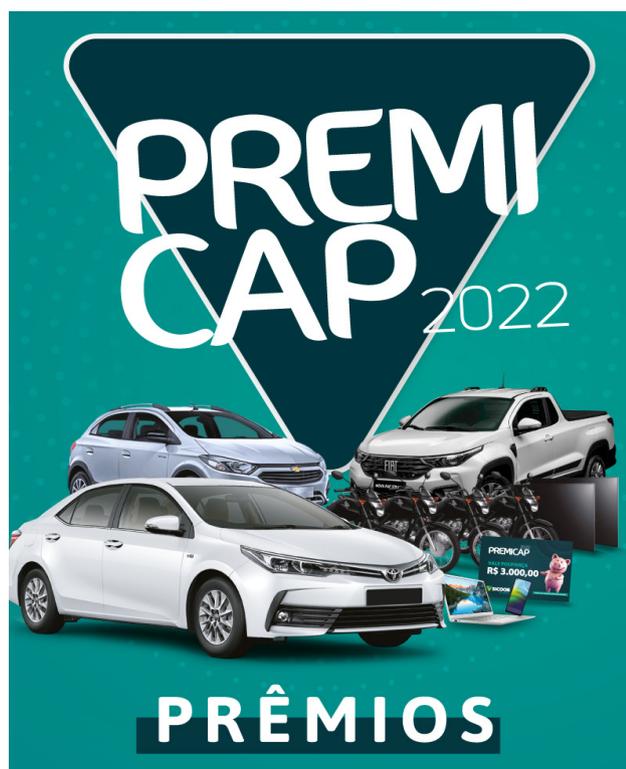


SICOOB TOCANTINS LANÇA PREMICALP 2022

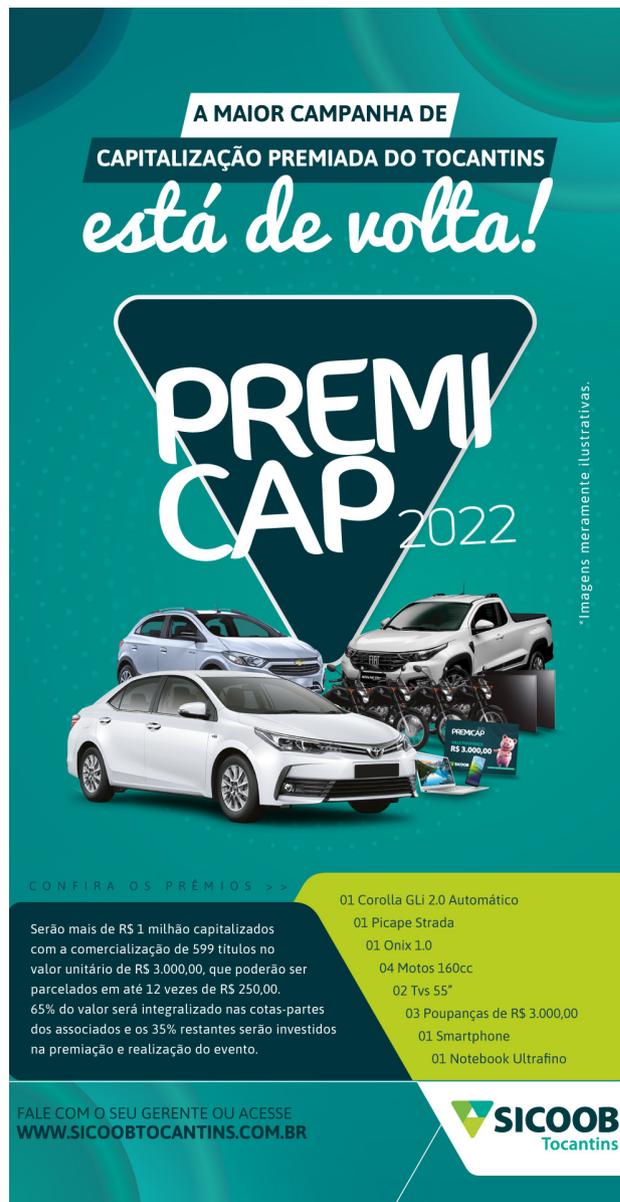
Para continuar fazendo a diferença na vida de seus cooperados, o Sicoob Tocantins retomou a maior campanha de capitalização premiada do Tocantins e lançou a 18ª edição da Premicap. Serão sorteados quase meio milhão de prêmios, que incluem um Corolla GLi 2.0 automático zero km, uma Picape Strada zero km, um Onix 1.0 zero km, e quatro motos 160 cc zero km.

Além destes prêmios, o titular da Premicap 2022 concorre também ao sorteio de duas smarts TVs de 55", três poupanças Sicoob de R\$ 3 mil cada, um smartphone e um notebook ultrafino.

A Premicap é um título da capitalização, comercializado entre os associados do Sicoob Tocantins, em que 65% do valor é integralizado nas cotas-partes do associado e o restante é investido na aquisição dos prêmios e realização do evento para o sorteio.



A graphic for the Premicap 2022 prizes. It features a large white triangle on a teal background with the text 'PREMI CAP 2022' inside. Below the triangle, there are images of a white Toyota Corolla GLi 2.0, a white Fiat Strada pickup truck, a white Chevrolet Onix 1.0, and a motorcycle. A small inset shows a 'PREMICAP R\$ 3.000,00' certificate. At the bottom, the word 'PRÊMIOS' is written in white on a black bar.



A campaign graphic for Premicap 2022. It features a teal background with a white triangle containing the text 'PREMI CAP 2022'. Above the triangle, it says 'A MAIOR CAMPANHA DE CAPITALIZAÇÃO PREMIADA DO TOCANTINS está de volta!'. Below the triangle, there are images of a white Toyota Corolla GLi 2.0, a white Fiat Strada pickup truck, a white Chevrolet Onix 1.0, and a motorcycle. A small inset shows a 'PREMICAP R\$ 3.000,00' certificate. At the bottom, there is a list of prizes and the Sicoob Tocantins logo.

A MAIOR CAMPANHA DE CAPITALIZAÇÃO PREMIADA DO TOCANTINS está de volta!

PREMI CAP 2022

* Imagens meramente ilustrativas.

CONFIRA OS PRÊMIOS >>>

Serão mais de R\$ 1 milhão capitalizados com a comercialização de 599 títulos no valor unitário de R\$ 3.000,00, que poderão ser parcelados em até 12 vezes de R\$ 250,00. 65% do valor será integralizado nas cotas-partes dos associados e os 35% restantes serão investidos na premiação e realização do evento.

- 01 Corolla GLi 2.0 Automático
- 01 Picape Strada
- 01 Onix 1.0
- 04 Motos 160cc
- 02 Tvs 55"
- 03 Poupanças de R\$ 3.000,00
- 01 Smartphone
- 01 Notebook Ultrafino

FALE COM O SEU GERENTE OU ACESSE WWW.SICOOBTOCANTINS.COM.BR

SICOOB
Tocantins

Com início em 13 de novembro de 2004 com 100 participantes a Premicap vem crescendo ao longo dos anos. Estima-se que as 17 edições já realizadas tenham capitalizado aproximadamente R\$ 11 milhões. A 18ª edição da Premicap deve capitalizar mais de R\$ 1 milhão nas contas capitais dos associados. Foram emitidos 599 títulos de capitalização, no valor unitário de R\$ 3 mil, que puderam ser parcelados em até 12 vezes de R\$ 250.



ASSEMBLEIA APROVA CONTAS DE 2020 E ALTERAÇÃO NO ESTATUTO SOCIAL

Mais uma vez o Sicoob Tocantins reuniu seus cooperados virtualmente para a realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO) e Assembleia Geral Extraordinária (AGE). O evento reuniu 432 cooperados no aplicativo Sicoob Moob que participaram de forma ativa, fazendo perguntas e votando nas pautas deliberadas. A AGO/AGE também foi transmitida ao vivo pelo canal do Sicoob Tocantins no YouTube, com 288 visualizações.



Todos os itens da pauta da AGO: prestação de contas do exercício de 2020, acompanhamento do plano de compensação de 2018, fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros dos Conselhos e Diretoria, fórmula de cálculo para a distribuição das sobras e destinação das sobras foram aprovados pela Assembleia. O destaque vai para a prestação de contas, aprovada com 97,9% dos votos. A pauta da AGE, reforma do Estatuto Social da Cooperativa visando incluir o artigo 8º, que trata sobre a adoção do Sistema de Garantias Recíprocas, também foi aprovado, com 93,6% dos votos dos cooperados.

Ainda em 2021, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para a reforma do

Estatuto Social do Sicoob Tocantins. O evento ocorreu de forma virtual, em novembro, pelo aplicativo Sicoob Moob e contou com a participação de 93 associados. A Assembleia também foi transmitida ao vivo pelo canal oficial do Sicoob Tocantins no YouTube.

Dentre as alterações aprovadas, a inclusão do artigo 8º-A que trata da responsabilidade solidária da Cooperativa para com o Bancoob, relativa às operações de crédito no âmbito do BNDES e FINAME.

Outra mudança foi a inclusão do Art. 24-A, que prevê a integralização mensal de R\$ 10,00 em quotas-partes pelos associados. Também foi aprovada a modificação do Art. 24, aumentando o número de parcelas para integralização das quotas subscritas no ato da admissão e a integralização, até então parcelada em três vezes, poderá a partir dessa modificação, ser dividida em até seis vezes.

A Assembleia aprovou ainda a alteração do Art. 65, ampliando as modalidades de licença e limitando o prazo para afastamento dos membros do Conselho de Administração.



SICOOB TOCANTINS ENTREGA AO HOSPITAL DE AMOR RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE 970 SACOS DE CIMENTO

Acreditando no valor da cooperação para a transformação de uma realidade, mais uma vez os cooperados do Sicoob Tocantins se uniram para ajudar a comunidade. Em junho, o Sicoob Tocantins entregou ao Hospital de Amor R\$ 32.225,00, valor suficiente para a aquisição de cerca de 970 sacos de cimento. A arrecadação para as obras do hospital foi uma ação desenvolvida pelas agências de Divinópolis, Cristalândia, Dois Irmãos, Pium, Marianópolis e Miranorte. A mobilização faz parte de uma série de ações realizadas pela Cooperativa, em alusão ao Dia de Cooperar (Dia C).

Com o objetivo de transformar os desafios enfrentados por muitas famílias em esperança, as agências de Palmas, Gurupi e Fátima mobilizaram seus cooperados e as suas comunidades em geral para arrecadação de cestas básicas a serem distribuídas em seus respectivos municípios. Para o Dia de Cooperar

de 2021, arrecadaram mais de 200 cestas básicas. Já a agência de Porto Nacional, com o objetivo de contribuir no combate a disseminação da Covid-19, optou pela arrecadação de álcool em gel e máscaras para serem distribuídos à comunidade portuense. Na data da entrega, também houve mobilização para a doação de sangue ao Hemocentro. A agência de Barrolândia, por sua vez, trabalhou na arrecadação de brinquedos para as crianças atendidas pela Pastoral da Criança daquele município e fez a alegria de mais de 100 crianças.

Em 2021, o Dia de Cooperar da agência sede, em Paraíso do Tocantins, foi voltado para a preservação do meio ambiente. Em abril, com a parceria da Prefeitura Municipal de Paraíso, promoveram o projeto “Colorindo Paraíso”, quando foram plantadas 200 mudas de Ipê amarelo.





NATAL SOLIDÁRIO BENEFICIA CERCA DE 600 FAMÍLIAS TOCANTINENSES

A campanha Natal Solidário, realizada pelo Sicoob Tocantins em dezembro, beneficiou diretamente cerca de 600 famílias tocantinenses com a entrega de cestas básicas. Além dos alimentos, a Cooperativa também arrecadou donativos como fraldas geriátricas, colchões, material esportivo, material escolar, roupas e brinquedos, que foram entregues a entidades que atendem famílias em condição de vulnerabilidade social, nos municípios onde o Sicoob Tocantins tem agência.

“A campanha só é possível porque contamos com

o apoio dos nossos cooperados. A cooperação faz parte dos nossos valores e é importante disseminarmos essa cultura cada vez mais para que possamos juntos melhorar a vida das pessoas da nossa comunidade”, destaca o presidente do Sicoob Tocantins, Gilberto Moraes.

O presidente acrescenta que todo negócio tem a capacidade e o dever de melhorar a realidade social ao seu redor. “Para nós, do Sicoob Tocantins, este é um princípio que norteia as nossas ações”, enfatiza.





Natal Solidário

O Natal Solidário é uma campanha realizada anualmente pelo Sicoob Tocantins, para beneficiar a comunidade onde a Cooperativa está presente. Cada agência tem a liberdade de escolher a instituição que será ajudada

Em 2020, o Natal Solidário propiciou amenizar

o impacto da pandemia e confortar àqueles mais necessitados no período natalino. Os cooperados mais uma vez se fizeram presentes e foi possível arrecadar e distribuir: 401 cestas básicas, 700 litros de leite, 72 kg de linguiça, 338 brinquedos e 1.000 fraldas geriátricas.

Neste ano de 2021, a campanha arrecadou 600 cestas básicas, 800 fraldas geriátricas, 80 panetões, 480 brinquedos, 10 colchões, 19 kits de material esportivo, 97 kits de material escolar e 200 peças de roupa.







www.sicoobtocantins.com.br



[/sicoobtocantins](https://www.facebook.com/sicoobtocantins)



[/sicoobtocantins](https://www.instagram.com/sicoobtocantins)